

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA E  
CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA EXERCER FUNÇÕES NO GABINETE DE APOIO JURÍDICO DA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**Aviso (extrato) n.º 14109/2022, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 136, de 15-07  
Oferta n.º OE202207/0513 publicada na Bolsa de Emprego Público**

**ATA 4**

Ao décimo sétimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas, reuniu, nas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, o Júri do procedimento em epígrafe, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para exercício de funções no **Gabinete de Apoio Jurídico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa**, constituído pelo Presidente, Luís Manuel Pinto da Rocha Afonso Carriço, Professor Catedrático do Departamento de Informática e Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1.º Vogal efetivo, Andreia Costa Lemos Pinto de Rezende, Coordenadora do Gabinete de Apoio Jurídico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o 2.º Vogal efetivo, Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata, Administradora da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A reunião realizou-se na sequência da receção de pronúncia remetida pela candidata Ana Margarida Rodrigues Custódio, no dia 24 de outubro de 2022. Analisado o teor da mesma, o júri deliberou como se segue:

Em jeito prévio, e do ponto de vista comparativo no que à licenciatura em Direito e à licenciatura em Solicitadoria diz respeito, refira-se que a Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, aprova a atualização da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.

Este diploma menciona a área de Direito como fazendo parte de “Ciências sociais, comércio e direito”. No que diz respeito à área do Direito, é referido que “Os programas de formação em direito dizem respeito aos princípios, procedimentos e processos legais de regulação da ordem social, incluindo a prática de profissões jurídicas (advogados, juristas, magistrados, etc.).” “Esta área inclui os programas cujo conteúdo principal incida sobre as seguintes formações: Direito (do trabalho, administrativo, comercial, comunitário, civil, penal, etc.); Filosofia do direito; História do direito; Jurisprudência; Registos e notariado; Prática jurídica; Solicitadoria.”

Em suma, Solicitadoria é uma das vertentes sobre a qual incide a formação em Direito.

Concretamente, quanto à formação propriamente dita, a licenciatura em Direito compreende a realização de 240 ECTS, sendo que a formação em solicitadoria comporta 180 ECTS, abrangendo unidades curriculares da área

do Direito, entre outras áreas. No caso em apreço, a candidata realizou 110 ECTS na área do Direito, não tendo formação em várias vertentes do Direito (exemplos: Finanças Públicas, Contencioso Administrativo e Tributário e Direitos Fundamentais).

Por último, salienta-se que quando o júri deliberou exigir licenciatura em Direito ou área afim, referia-se a licenciaturas com outras designações, cujo conteúdos programáticos fossem idênticos aos da citada licenciatura, tal como a licenciatura em ciências jurídicas.

Face a todo o exposto, mantém-se a decisão de exclusão da candidata.

Nada mais havendo a deliberar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri presentes.

O Júri:

Presidente

1.º Vogal Efetivo

---

(Luís Manuel Pinto da Rocha Afonso Carriço)

---

(Andreia Costa Lemos Pinto de Rezende)

2.º Vogal Efetivo

---

(Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata)